



Foucault e a questão da expansão metodológica

Autor(es): Ribeiro, Leonardo Lima; Monteiro, Janaina de Souza

Publicado por: Universidade Católica de Petrópolis; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32923>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1984-6754_6-1_7

Accessed : 25-Apr-2024 22:30:34

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



Synesis

Revista do Centro de Teologia e Humanidades
ISSN 1984-6754

UCP

Universidade Católica de Petrópolis



ibict

Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

FOUCAULT E A QUESTÃO DA EXPANSÃO METODOLÓGICA

FOUCAULT AND THE QUESTION OF METHODOLOGICAL EXPANSION*

LEONARDO LIMA RIBEIRO**
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, BRASIL

JANAINA DE SOUZA MONTEIRO***
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de compreender como o pensador francês Michel Foucault (1926-1984) expande argumentativamente sua prática metodológica, à medida que acresce uns aos outros, e ao passo em que os descobre, métodos para pesquisas históricas. Tencionando alcançar tal intento, efetua-se estudo acerca: do modo como seus métodos se estruturam no bojo; dos objetos de estudo para os quais esses métodos se voltam (objetos que, em contrapartida, os influenciam); das conclusões a que chega o autor em suas pesquisas históricas, sob a mediação dos métodos utilizados. Com a explicitação destes eixos, demonstra-se que arqueologia do saber e genealogia do poder não são estritamente operações de pesquisas, organizadas em material impresso sob forma de livros. Tratam-se também, sobretudo, de instrumentos os quais contêm finalidade política bem definida, qual seja: a de denunciar ou mesmo expor enquanto político clamor o caráter arbitrário que se esconde por detrás dos discursos científicos legitimados, demonstrando que o que conduz a tal legitimação é a supressão imanente, a sujeição, de distintos discursos – operação que se decorre através das relações de saber/poder as quais permeiam instituições, bem como se estendem em alcance à estrutura interna do espaço social na sua totalidade.

Palavras-chave: Michel Foucault; Epistemologia das ciências; Arqueologia do saber; Genealogia do poder; Saber-Poder.

Abstract: This paper aims to understand how the french philosopher Michel Foucault (1926 - 1984) argumentatively expands its methodological practice, in the measure it adds one to each other, and in step which discovers them, methods for historical research. Tensing achieve such intent, makes up study on: how their methods are structured in bunt; the objects of study for which these methods turn about (objects which, in turn, influence them); the conclusions it arrives the author in his historical research, under the mediation of the used methods. With the clarification of these axes, it is shown that the archeology of knowledge

* Artigo recebido em 24/02/14 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 10/05/2014.

** Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9792290555216316>. E-mail: leoribeiro22@gmail.com.

*** Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3949067729606624>. E-mail: janainamonteiro.jsm88@gmail.com.

and genealogy of power are not strictly operations of research, organized in printed material in the form of books. They also treat, above all, of instruments which contains well-defined political purpose, which is: to denounce or even expose, as political claim, the arbitrary character which is hidden behind the legitimated scientific discourses, demonstrating what which lead the such legitimation is the immanent supression, the subjection, of distinct speeches – operation that follows through relations of power / knowledge which permeate institutions, as well as extending in range to the internal structure of social space in its entirety.

Keywords: Michel Foucault; Epistemology of sciences; Archaeology of Knowledge; Genealogy of power; Knowledge -Power.

1. Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de compreender como o pensador francês Michel Foucault expande argumentativamente sua prática metodológica, à medida que acresce uns aos outros, e ao passo em que os descobre, métodos para pesquisas históricas. Tencionando alcançar tal intento, efetua-se estudo acerca: [a.] do modo como seus métodos se estruturam no bojo; [b.] dos objetos de estudo para os quais esses métodos se voltam (objetos que, em contrapartida, os influenciam ou deles demandam operações – *saber/poder*); [c.] das conclusões a que chega o autor em suas pesquisas históricas, sob a mediação dos métodos utilizados. Com a explicitação destes eixos, demonstra-se que **arqueologia do saber** e **genealogia do poder** não são estritamente métodos ou operações complementares para pesquisas, organizadas em material impresso sob forma de livros. Tratam-se também, sobretudo, de instrumentos os quais contém **finalidade política** bem definida, qual seja: a de denunciar ou mesmo expor enquanto político clamor o caráter arbitrário que se esconde por detrás dos discursos científicos legitimados, demonstrando que o que conduz a tal legitimação é a dissimulação de uma supressão imanente, uma sujeição de distintos discursos – algo que se decorre patentemente através das relações de saber/poder que permeiam instituições, bem como se estendem dedutivamente em alcance à estrutura interna do espaço social na sua totalidade.

Para tanto, este trabalho – num tópico primeiro – se dedica inicialmente à descrição das operações metodológicas de um *campo de pensamento* o qual enormemente influencia Foucault, sob o horizonte da constituição dos métodos para pesquisas históricas acerca das ideias humanas, qual seja: a *Epistemologia Histórica das Ciências da vida*. Nesse escopo, detalhar-se-ão procedimentos adotados nas investigações desse campo de saber

(epistemologia histórica das ciências da vida), empreendidas aqui mais precisamente na esteira de Georges Canguilhem, quem teria a priori enquanto referência maior as obras Gaston Bachelard. Como logo será visto, tais investigações epistemológicas estão alicerçadas sobre apoio de três eixos fundamentais: o conceito, a descontinuidade e a recorrência. Cada um destes eixos será decerto objeto de exposição, porquanto, mais adiante, comprova-se que mantêm estrita relação com os métodos de estudo constituídos por Foucault, sendo imprescindíveis ao entendimento desses últimos¹.

Tendo detalhado semelhanças e diferenças dos dois métodos (epistemologia histórica das ciências de Canguilhem; arqueologia do saber de Foucault), o trabalho se volta, agora num segundo tópico, para particularidades inerentes à arqueologia, evidenciando seu campo preciso de atuação: documentos produzidos no seio das instituições de ciência, os quais são, à diferença da epistemologia histórica das ciências, por Foucault selecionados num *para além ou aquém* do critério da formalização característica do próprio conhecimento científico – critério de seleção de documentos próprio da epistemologia histórica das ciências da vida –, conquanto tais documentos elegidos por Foucault estarem curiosamente presentes no bojo das instituições (psiquiátricas, por exemplo) que empreendem obras de “legítima” ciência. Com efeito, demonstra-se que, em princípio, os estudos foucaultianos, sob a esteira da análise arqueológica, se atêm à problematização do que torna possível a formação dos saberes componentes das ciências humanas, e, ao passo que tais estudos amadurecem, perseguem novos objetos, os quais passam paralelamente a ser requisitados não apenas pela arqueologia, mas pela exigência complementar de uma *genealogia* peculiar.

A genealogia que toma enquanto objeto o *poder*, é abordada no terceiro tópico, de modo a constatar o papel suplementar desta, isto é, da genealogia, relativamente à arqueologia do *saber*, reiterando que não há distanciamento entre elas. De fato, não há essa separação, a obra de Foucault não a admitiria. É, portanto, equivocada a indicação de leitura das obras de Foucault à qual demonstre, por exemplo, que há exórdio de um método enquanto se decorre em linha paralela a anunciação do termo do outro, ou seja, uma superação de paradigma metodológico enquanto evolução linear do pensar. Do contrário, adiante se enfatiza que há execução de um movimento de complementaridade metodológica, justamente porque o autor deste modo o autoriza, assim considerando proceder com

¹ Na literatura de Foucault, conquanto sua arqueologia já se configure como método singular de análise histórica, isto é, relativamente distanciado dos procedimentos da epistemologia histórica das ciências, ainda estão contidos aspectos desta última pelo menos em dois parâmetros foucaultianos cruciais. São eles: [a] a importância de se efetuar uma analítica ao nível preciso dos conceitos; [b] atenção às descontinuidades presentes na construção dos conceitos investigados.

consistência. Decerto por isso, indica-se além do mais, ainda em terceiro tópico, a função política imanente a esta dupla metodologia (**arqueogenealógica**), função que se torna patente ao procurar desvelar com seus impulsos saberes/poderes os quais devem ser libertos da sujeição e do arquivamento, transmutando-se em contrapartidas capazes de luta, oposição, resistência aos efeitos de saber/poder globalizantes – o que apenas é possível mediante o desnudamento das relações *majoritárias* e cristalizadas de saber/poder intrincadas no conhecimento dito científico².

Entrementes, o presente estudo se constitui através da hermenêutica das obras de Foucault (*Arqueologia do Saber, Em defesa da sociedade, Vigiar e Punir, História da Sexualidade 1: a vontade de saber* – e alguns textos da coleção *Ditos e Escritos*) e dos escritos que a ele fazem remissão – tal como *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, de Roberto Machado.

2. A epistemologia histórica das ciências

O objetivo do presente tópico é apresentar a *Epistemologia Histórica das Ciências*, posto que pressuponha um movimento metodológico de análise histórica cuja forma de proceder, mais precisamente a de Georges Canguilhem (1904-1995)³, tem influência direta no modo como Michel Foucault instaura seu próprio pensamento, relativamente à constituição de seus métodos para entendimento da estrutura da história. Com efeito, no intuito de atingir supracitado objetivo, utiliza-se como base documental majoritária a primeira parte⁴ da obra *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault* (1981), de Roberto Machado.

A utilização de citada parte de obra (1^a) se justifica, pois permite adiante, enquanto elemento de interlocução, uma exposição sintética coerente a respeito dos eixos que estruturam a epistemologia da história das ciências à luz de suas operações internas de

² Deve-se esclarecer, antes de se passar ao desenvolvimento do trabalho em seus pormenores, que as investigações empreendidas pelo autor escolhido mantêm atributo de atualidade altamente perceptível, pois através de suas lentes mediadoras é possível a interpretação, com devida clareza, dos efeitos de poder imanentes aos saberes, nos afãs de sua extensão em presente do qual se participa. De todo modo e independentemente desse alerta, aqui o intento preciso é estritamente o de compreender a história acerca de como se constituem e de como se cristalizam os **saberes** da modernidade, sob a injunção dos efeitos de **poder**. Para tanto, sem a metodologia de Foucault, a ânsia do entendimento desse problema não se ameniza a contento, sendo, portanto, devidamente adequada ao preenchimento e acalento da devida expectativa.

³ Canguilhem orientou a conclusão da tese de doutoramento de Michel Foucault “*Loucura e Desrazão - História da Loucura na Idade Clássica*” (1961). Tal fato teve relevância para a constituição do que mais tarde viria ser a *Arqueologia do Saber*, como procedimento histórico de investigação.

⁴ Primeira parte: *A história epistemológica de Georges Canguilhem*.

pesquisa. É certo que tais eixos se tornam parâmetros confiáveis de exposição através da obra do comentador. Nela, os eixos citados estão de fato bem esclarecidos, porquanto Roberto Machado se anuncia logicamente na límpida esteira de Georges Canguilhem, sob a influência de Gaston Bachelard (1884-1962), o que decerto se dá porque, sobretudo, tem necessidade de tomar Foucault enquanto adequado horizonte futuro de exposição, em parte final de sua obra (2ª parte, intitulada *A História Arqueológica de Michel Foucault*). Isso é algo que Roberto Machado⁵ opera a contento como prescrição, com bastante destreza, uma vez que a não compreensão rigorosa da *Epistemologia Histórica das Ciências implicaria*, de seu ponto de vista, leva ao não entendimento subsequente, mesmo que parcial, das *obras de Foucault e dos métodos que nelas se apresentam*. Decerto em razão disso, aqui é assumida a mesma perspectiva de abordagem acima disposta, fazendo remissão maior à citada obra de Roberto Machado. O que não implica a negação *plena* da tessitura deste trabalho por meio da recorrência às próprias obras de Foucault – adequados instrumentos deste estudo, à ocasião que o filósofo e seus métodos se tornam objeto paradigmático de pesquisa nos subsequentes tópicos.

O campo de estudo de Canguilhem corresponde à epistemologia das ciências, onde investiga historicamente aquilo que designa como “ciências da vida” (biologia, anatomia, fisiologia, patologia). Segundo Roberto Machado, em seu livro *Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault* (1981), Canguilhem faz uma investigação filosófica acerca das ciências da vida, analisando o tipo de racionalidade que as constituem internamente: “É uma investigação sobre os procedimentos de produção do conhecimento científico; é uma avaliação da racionalidade científica; [...] é uma análise da racionalidade” (MACHADO, 1981, p.17).

⁵ Como é de se observar, o horizonte maior deste trabalho é o da problematização da metodologia foucaultiana sob o horizonte político. Nesse caso, Roberto Machado, quem bem sistematiza o movimento geral da epistemologia histórica das ciências da vida na esteira de Canguilhem em diálogo com Bachelard no intuito de observar a importância dessa epistemologia para a metodologia foucaultiana em jogo, é ponte *fundamental e singular* para resolução da questão maior do texto (concepção da metodologia foucaultiana em expansão à luz da política, cujas influências de Canguilhem foram de antemão enormes, como ponto *preciso* da epistemologia histórica das ciências. Cremos que Roberto Machado é o autor que melhor aponta para essa influência, bem captando seu movimento). Assim o sendo, o texto não procura fazer uma interpretação direta dos escritos da epistemologia histórica das ciências porque parte da premissa de que dela se utilizará como sistemática imagem geral inicial, que deve ser refletida como influência nas metodologias de Foucault. Ou seja, não buscamos compreender o que significa *factualmente* a epistemologia histórica das ciências à luz endógena de sua conjuntura, porquanto o intuito do escrito se restringe a se ater numa imagem geral (mesmo que “falseada”) dessa epistemologia, já relativamente cooptada pelo pensamento de Foucault. Por isso, a perspectiva de Roberto Machado, embora sendo comentador, é *foucaultiano* ponto de apoio maior. Pode ocorrer de haverem interpretações contrárias quanto à apresentação da *Epistemologia histórica das Ciências da Vida* apenas sob a visão deste comentador. Contudo, nos reservamos à posição de delas discordar pelas razões aqui já explicitadas.

A epistemologia praticada por Canguilhem é uma metodologia de investigação histórico-filosófica que tem por objetivo a constituição de uma história não descritiva das ciências, que não opere apenas uma descrição de fatos, procedimentos, resultados; bem como, acima de tudo, não elenque estes ou aqueles precursores para determinadas teorias. Distintamente, o que visa esta epistemologia histórica das ciências é imprimir na escrita uma *história filosófica das ciências* sob o fio condutor objetivo de uma *peculiar analítica acerca das operações de racionalidade científica e seus desdobramentos como problema*. Tal projeto analítico, só se torna possível pela mediação de três parâmetros para estudo das obras científicas, através de que as racionalidades discursivas a eles imanentes são compreendidas adequadamente nas injunções de seus movimentos históricos peculiares. São eles os parâmetros: *o conceito, a descontinuidade e a recorrência*.

A epistemologia histórica das ciências constitui uma análise dos **conceitos** científicos, um dos parâmetros necessários para o entendimento da racionalidade das ciências em seus discursos. Os conceitos são “a manifestação mais perfeita da atividade científica” sob o registro da captura da sua racionalidade discursiva, porquanto através deles, isto é, dos conceitos, torna-se expressa a normatividade das ciências em seus efeitos (haja vista que o conjunto de procedimentos de racionalidade os quais produzem científico conhecimento estão sintetizados nos próprios conceitos)⁶.

Segundo a interpretação de Roberto Machado, um conceito não é uma teoria. Ambos, conceito e teoria, diferenciam-se fundamentalmente por que: **uma teoria** é um conjunto organizado de conceitos, um sistema conceitual cristalizado o qual apresenta uma resposta ou solução para algum problema; já “**o conceito** assinala a existência de uma questão, a formulação de um problema” (MACHADO, 1981, p. 24), de precisa racionalidade móbil. É esse aspecto que caracteriza a dinamicidade do conceito e lhe confere determinada independência relativamente às teorias, podendo inclusive não se restringir ao domínio de uma ciência estrita (Cf. *Idem*).

O texto de Roberto Machado enfatiza, além do mais, que Canguilhem privilegia o conceito em suas análises porque os considera “como expressão da norma de

⁶ “Existe uma normatividade interna do discurso científico e [...] é o conceito que exprime primordialmente essa normatividade; [...] é a formação dos conceitos que define a racionalidade, [...] é um nome dotado de um sentido capaz de interpretar as observações e as experiências. [...] é através deles que o discurso científico expressa a racionalidade que o caracteriza” (MACHADO, 1981, p. 22-23).

verdade do discurso científico” (*Idem*) em sua racionalidade atuante. Ainda nesse sentido, é no conceito que se atesta manifesta **a historicidade do discurso científico**. Portanto, o que faz o autor francês em sua epistemologia é uma “história do conceito”, uma história conceitual, uma história cujo conteúdo ou objeto intrínseco é o conceito.

Sendo aquilo que está pelo movimento do conceito, efeito de racionalidade, eminentemente preenchida, a epistemologia histórica das ciências atualiza acontecimentos históricos da racionalidade científica por meio do estabelecimento procedimental das *inter-relações* conceituais. Em outras palavras, é necessário como procedimento que a epistemologia em jogo constitua nas suas pesquisas bibliográficas as ligações ou conexões articuladas que um conceito faz “com outros conceitos de uma mesma teoria, da mesma ciência, ou mesmo de ciências diferentes” (*Ibidem*, p. 27); bem como é recomendável que se constituam as relações entre os conceitos e as práticas sociais e políticas à medida que aos primeiros, os conceitos, essas mesmas práticas requerem.

Todas essas inter-relações conceituais reconstituídas e a independência dos próprios conceitos relativamente às ciências demonstram isto: ***cada conceito possui sua própria história***. Nesse sentido, a formulação de um conceito nunca se finda em completude, porquanto a transformação é sua exigência maior. Entretanto, o processo na formulação ou evolução na produção de conceitos não é cronicamente linear, mas ***descontínuo por rupturas***.

Ruptura conceitual, enquanto eixo de constatação de evolução descontínua do conceito científico, é aquilo que, como pano de fundo, possibilita a instituição de outro critério de avaliação, o qual é utilizado por Canguilhem para construir a história epistemológica das ciências. Esse segundo critério, como já se pressente, é denominado de ***descontinuidade***. A descontinuidade faz remissão a um aspecto importante das ciências: ***seu sentido de progresso***. Para que se possa entender mais aprofundadamente as noções de ruptura e de descontinuidade conceitual, ou mesmo uma ideia como a de descontinuidade por rupturas, enquanto componentes indispensáveis à formulação dos conceitos e, por conseguinte, à constituição da história das ciências, é necessário que se trate da noção de ***progresso***. Tal noção será abordada sob a forma como Canguilhem a concebe, para, em seguida, acoplá-la as duas noções supracitadas (***ruptura e descontinuidade***), de modo a definir com mais precisão a questão do segundo critério utilizado para fundamentar uma história epistemológica das ciências, do ponto de vista da própria Epistemologia Histórica das Ciências.

Canguilhem, bem como outros autores (Bachelard, por exemplo), considera o progresso “um componente essencial da ciência”, porquanto a ciência enquanto processo normativo demonstra em si a factualidade de que o desenvolvimento do próprio conhecimento científico segue um percurso no sentido correlativo de “uma verdade e uma racionalidade cada vez maiores” (MACHADO, 1981, p.32). Assim, o progresso dessa racionalidade é diagnosticado como acúmulo quantitativo de verdades relativas ao discurso científico e o aumento da coerência dessas mesmas verdades (*Idem*). O progresso do conhecimento científico é percebido como perseverante expansão da sua verdade ⁷.

Para além da identificação do progresso com a verdade é necessário, para determinar o sentido que toma o progresso na ciência, considerá-lo de modo a relacionar verdade e erro. Pois, segundo a análise de Machado, o erro também possui sua positividade. Isto é, em determinado momento o erro constituiu paradoxalmente um valor de verdade implicado no movimento da superação de um valor anterior. Então, a história epistemológica das ciências deve, à luz de Canguilhem, além de ser a narrativa do crescimento e do aprofundamento das verdades e racionalidades das ciências, atuar “como uma psicologia da conquista progressiva das noções em seu conteúdo atual [...], como um recenseamento dos obstáculos epistemológicos superados” (CANGUILHEM *apud* MACHADO, 1981, p 32-33).

Contudo, esse *caminho* em direção à verdade pelo inventário de movimentos de erros e acertos, não segue de forma linear, no sentido de um progresso *contínuo* onde as verdades se sucedem de modo a chegar a um campo do conhecer absoluto, o qual existiria desde sempre ou de antemão em latência. O *progresso* da ciência, na concepção de Canguilhem, é visto enquanto móbil *descontínuo* e contingencial, não implicado e não podendo ser deduzido, por exemplo, de uma teleologia que vislumbraria enquanto horizonte o *ápice* ou *verdade absoluta* como termo final de um processo findado – *vide* fim da história pré-constituída espiritualmente que se encarna ao fim de seu movimento no Estado moderno em articulação com a estrutura da sociedade civil-burguesa, parafraseando uma expressão hegeliana ⁸.

O progresso das ciências é reconhecido por Canguilhem como descontínuo por se estabelecer através de *rupturas*. A ruptura é uma “descontinuidade existente, em

⁷ “Dizer que o progresso é uma característica essencial da ciência significa dizer que ele é um processo normatizado, que tem uma direção e mesmo um sentido [...]. A ideia de progresso aplicada à ciência assinala o fato de o conhecimento científico se desenvolver no sentido de uma verdade e uma racionalidade cada vez maiores” (MACHADO, 1981, p. 31-32).

⁸ Cf. HEGEL, G.W.F. Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio. Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010.

qualquer momento da história, entre a racionalidade científica e o saber vulgar, comum, cotidiano” (MACHADO, 1981, p.36). É o momento em que há o distanciamento entre o saber sensível e o saber racional, científico. Uma ruptura é a quebra, a destruição, extraviamento do passado, do saber conceitual anterior para o surgimento e desenvolvimento de um saber “mais verdadeiro”, o qual comporte ainda mais verdades em sua estrutura interna constituinte.

Machado, ao estudar Canguilhem, infere que as rupturas, quando identificadas, não demarcam estritamente o “momento de fundação da ciência” (*Ibidem*, p. 37) em sua especificidade, haja vista que se reatualizam sucessivas vezes e não findam definitivamente, sendo, com efeito, acasos parciais ininterruptos. As rupturas identificam práticas de inúmeras reformulações que ocorrem no percurso de construção da ciência, diagnosticando “um processo de reorganização incessante de suas bases” (*Idem*)⁹.

Portanto, o foco principal da epistemologia histórica das ciências é o do itinerário descontínuo que se desvela ao longo da constituição do conhecimento científico. Como foi dito anteriormente, a especificidade desse tipo de movimento histórico é ser eminentemente conceitual. Então, neste sentido, todo o problema da *descontinuidade* se refere à formação dos conceitos. Isto é, a questão da descontinuidade não se limita à formação de uma ciência específica ou da ciência em geral, pois, sendo a ciência “uma teia de elementos conceituais de tempos heterogêneos” (*Ibidem*, p. 39), a epistemologia histórica das ciências “deve ser uma história das filiações conceituais”, as quais têm “estatuto de descontinuidade” (CANGUILHEM *apud* MACHADO, 1981, p 39). Segundo Machado, essa afirmação de Canguilhem se explica pelo fato de esse autor considerar que um conceito não se constitui de forma permanente, porquanto está sempre em crônicas *retificações* e *deformações*. Ele diz ainda que cada retificação e deformação pelas quais um conceito passa traz em si a datação nas quais ocorrem, além do nome daquele que as opera. Sendo assim, a trajetória da formação de um conceito possui diversas etapas.

Pode-se concluir então que a epistemologia histórica das ciências analisa a formação dos conceitos científicos considerando-os como o aspecto mais fundamental da ciência, pois são eles que exprimem a normatividade do processo científico, haja vista resumirem em si os procedimentos de produção do saber. Admitindo, então, que a ciência é

⁹ “[...] uma ruptura não é um acontecimento único, singular que inaugura de uma vez por todas um saber científico; nem seu efeito é global, no sentido de atingir a totalidade de uma obra científica. As rupturas são sucessivas e parciais” (MACHADO, 1981, p. 38).

puramente *processo*, podemos dizer que ela possui um sentido de *progresso* o qual se realiza de forma descontínua, tendo em vista as inúmeras rupturas que se decorrem quando da formação dos conceitos. Considera-se, ainda nesse propósito, que a descontinuidade deva demarcar as retificações e deformações pelas quais passa um conceito, enquanto este necessita realizar inúmeras relações, constituindo *filiações* das mais diversas.

Existe ainda um terceiro critério utilizado por Canguilhem para a constituição de sua história das ciências: a **recorrência**. Segundo a avaliação de Machado, essa seria a característica mais importante desse tipo de epistemologia, para além da análise conceitual e da determinação das descontinuidades conceituais por ruptura em progresso. Mas a quê, especificamente, refere-se a recorrência? De acordo com o que demonstra Machado, a história epistemológica empreendida por Canguilhem possui um caráter normativo. Tal fato significa, justamente, que ela deve se colocar ante a ciência de forma *judicativa*. Com isso, quer-se dizer que a história epistemológica constituída pela epistemologia histórica de Canguilhem deve julgar a ciência ou a própria epistemologia em seu processo interno de transmutação conceitual. Esse julgamento é necessário para que se possa “dar conta da racionalidade característica da ciência” (MACHADO, 1981, p.45). Para tanto, é necessário que uma história epistemológica *recorra* ao passado da ciência.

A epistemologia histórica das ciências recorre ao passado da própria ciência conceituada, isto é, efetua um movimento de retorno ao passado, julgando-o com o objetivo de distinguir no processo de desenvolvimento do conhecimento científico aquilo que deve ser considerado “erro” ou “acerto”¹⁰. Mas é necessário um princípio de avaliação, um instrumento de análise, para que esse julgamento transcorra de modo coerente. Segundo o que aponta Machado, é a própria ciência que fornece tal princípio. E qual seria ele? Levando em consideração que a ciência é a própria expressão do progresso como “aperfeiçoamento da racionalidade, produção cada vez mais perfeita de verdade” (MACHADO, 1981, p.48), a **atualidade** da ciência é o princípio que deve ser utilizado para julgar a ciência em seu processo de desenvolvimento.

Portanto, o trabalho da história das ciências é, a partir da atualidade científica, da “última linguagem falada por determinada ciência” (*Idem*), de sua verdade mais atual, *esclarecer* o passado, julgando o verdadeiro e o falso no passado, demonstrando quais movimentos

¹⁰ “Dizer que a história das ciências é normativa significa assinalar que tem como principal objetivo julgar a ciência ou, mais especificamente, o passado da ciência; significa, portanto, afirmar seu caráter judicativo” (MACHADO, 1981, p. 45).

instituíram obstáculos ou compuseram atos epistemológicos de progresso. Daí são, por conseguinte, estabelecidas as filiações, as relações necessárias para feitura do conhecimento científico (Cf. MACHADO, 1981, p. 49).

Conclusão: é apenas através da *recorrência* histórica que a epistemologia histórica das ciências reconhece as *descontinuidades por rupturas* produzidas no percurso de formação dos *conceitos científicos*. Eis o modo pelo qual se traça o itinerário analítico através de que se constitui *uma história da racionalidade científica*, pano de fundo que por vezes escapa à própria consciência dos homens de ciência. Tal seria a denúncia ou mesmo a anunciação primordial de Canguilhem na conjuntura de suas obras¹¹.

3. A arqueologia do saber

Tomando como ponto de partida aquilo que foi exposto no tópico anterior, objetiva-se aqui a exposição das diferenças entre o modelo de análise histórica fornecido pela epistemologia histórica das ciências e a metodologia utilizada por Foucault, conhecida como *arqueologia do saber*. Neste sentido, continua-se com o estudo da obra *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, efetuando uma comparação entre os procedimentos adotados por Foucault e aqueles característicos da epistemologia das ciências. Tenciona-se ainda explicar sobre as especificidades da metodologia foucaultiana supracitada e sobre o modo como ela se configura em um momento impar na filosofia, a qual se propõe refletir sobre a história.

Inicialmente é possível se afirmar, segundo o que demonstra Machado (1981, p.11), que a análise histórica foucaultiana se organiza a partir de alguns princípios metodológicos utilizados pela epistemologia histórica das ciências. Como já foi explicitado anteriormente, tal epistemologia analisa historicamente a constituição do conhecimento científico, realizando a partir da recorrência histórica uma análise da formação dos conceitos científicos, estabelecendo nesse itinerário as descontinuidades intrínsecas à constituição destes. No entanto, há diferenças fundamentais entre esses dois procedimentos, ocorrendo um deslocamento significativo da arqueologia para com a epistemologia. Tais diferenças se tornarão patentes adiante, através de sequência precisa de argumentos.

¹¹ A epistemologia histórica das ciências almeja fazer uma analítica da produção do conhecimento científico a partir da *formação dos conceitos*. Para tanto, aborda esses conceitos tendo como ponto de partida a sua atualidade, executando um movimento de retorno, de recorrência ao passado desses conceitos, restabelecendo as inter-relações, as filiações conceituais. Demonstrando, nesse itinerário, que o conceito progride de maneira descontínua, operando por liquidação, destruição do passado para o estabelecimento de um conhecimento cada vez mais verdadeiro, de modo que o conhecimento nunca esteja finalizado.

Todo o movimento da Epistemologia Histórica das Ciências só encontra sua validade quando referido estritamente ao conhecimento científico autorizado enquanto tal, pois, para a *epistemologia histórica das ciências à luz de Georges Canguilhem*, a ciência “é o lugar próprio do conhecimento e da verdade e, como tal, é instauradora de racionalidade” (*Ibidem*, p.9). Nenhum saber que se encontre em um estado anterior, em um nível pré-científico, ou que não seja produzido segundo critérios válidos cientificamente, pode ser utilizado por esse tipo de análise, empreendida pela epistemologia histórica das ciências. Assim, essa epistemologia opera sua pesquisa apenas nos documentos legitimados pelos cientistas, que compuseram evidências formais datadas do progresso da ciência.

Por sua vez, a arqueologia foucaultiana, enquanto pretende ser uma crítica à racionalidade e à própria ciência, mesmo que delas parta de início, institui-se numa posição de independência, estabelecendo suas análises ao nível múltiplo do saber discursivo. Com isso, está-se a dizer que a arqueologia considera a ciência como um saber como tantos outros e, por isso mesmo, como produto de um processo de conjuntura plural e mais ampla, constituída historicamente, através de liames os mais diversos. Neste sentido, para Foucault, todo saber documental explicitado culturalmente possui a mesma validade na perspectiva da análise arqueológica. Além do mais, através de suas operações precisas, essa analítica chega justamente por meio dessas operações a retirar das profundezas do esquecimento os **saberes sujeitos** (*savoir assujetti*)¹², isto é, saberes os quais foram postos de lado, desconsiderados pela ciência sob o parâmetro de que seriam “insuficientes”, “menores” (decerto por não seguirem determinadas normas de formulação sistemática: exigência da própria ciência). Portanto, pode-se então inferir a primeira grande diferença à qual deve ser notada, no intermédio de uma comparação entre os procedimentos da arqueologia foucaultiana e da epistemologia de Canguilhem (Cf. MACHADO, 1981, p.12).

Outro aspecto que também estará distante da análise arqueológica é aquele que se debruça sobre o problema da *recorrência*. Como se pôde notar de antemão, a recorrência é o eixo central da epistemologia histórica das ciências, pois é a partir dela (recorrência) enquanto critério de julgamento que é operada sua analítica. Em outras palavras, o trabalho do epistemólogo é julgar o conhecimento científico, tendo como ponto de partida

¹² No texto *Genealogia e Poder* – traduzido por Roberto Machado correlatamente à aula proferida em 7 de janeiro de 1976 do Curso no Collège de France, bem como pelo mesmo comentarista publicado no compêndio *Microfísica do Poder* (1979) – tal expressão aparece como “saberes dominados”. Já na tradução constituída por Maria Ermantina Galvão – concernente à compilação transcrita das aulas do curso *Em Defesa da Sociedade* (1976) – esta mesma expressão, *savoir assujetti*, segue enquanto “saberes sujeitos”. Dentre as duas opções de tradução dispostas, optamos aqui por utilizar a de Maria Ermantina Galvão, porquanto exprime com maior literalidade o sentido original utilizado por Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France* (1976). 1999, p. 11-12.

sua atualidade, recorrendo ao passado da ciência, considerando este como erro superado por um conhecimento mais verdadeiro no presente. Foucault não segue uma linha temporal precisa em suas análises, visto que uma ordem de recorrências, por mais que não seja contínua, não o leva àquilo que seu intento propõe.

Além do mais, a questão da verdade e sua normatividade intrínseca, tão caras à ciência e conseqüentemente à epistemologia histórica das ciências, na análise arqueológica de Foucault não encontram mais espaço privilegiado. E por quê? A veracidade dos documentos, ou melhor, a procura evolutiva que vislumbra como horizonte qualquer regime de verdade documental não é de suma importância, bem como também não o é a pesquisa da verdade normativa dos procedimentos adotados na formulação dos conceitos científicos, uma vez que o objetivo dessa metodologia (arqueologia) seria o de investigar, junto aos discursos e seus documentos correlativos, a condição através da qual são constituídos em sua *gênese interna*, a saber, o *fictício*¹³, por assim dizer. Foucault assume a clara posição, de que todo discurso e documentos correlativos são elementos que carregam em sua gênese constituinte “*fabricações artesanais*” do corpo, e não verdades últimas, cristalizadas como absolutas exteriorizações, reflexões ou espelhamentos duplicados dos coerentes planejamentos intelectivos. Ainda mais, se é que é possível tratar de *uma verdade* ou condição intrínseca aos discursos e aos documentos que os encarnam como *saberes*, tal verdade seria justamente o pano de fundo que arrastaria em seu bojo os impulsos da fabricação documental imanente a todos eles (práticas discursivas e documentos constituídos), inclusive àqueles aos quais estariam estritamente vinculados às ciências. Conclusão: para Foucault, até mesmo a verdade dos discursos e dos documentos que os solidificam passa a ter uma natureza distinta relativamente à Canguilhem, não sendo mais o equivalente daquele velho ponto de chegada ou de assentamento provisório pelo qual se comemoraria determinada descoberta mediante incomensuráveis esforços científicos análogos às jactâncias da racionalidade humana. E mais, quando ele a transpõe, essa verdade fabricadora/construtora (*o fictício*), para o regime preciso das ciências em suas especificidades documentais não é simplesmente para tratá-las como se estivessem em um progresso evolutivo, mesmo que descontínuo ou não positivista, mas, do contrário, para evidenciar justamente as operações que atualizam “*uma louca prática construtora infinita*”. Para Foucault, tal loucura se espraiaria por todas as direções discursivas e

¹³ Para melhor compreensão dessa noção é indicada a leitura dos seguintes textos presentes no terceiro volume da edição brasileira da Coleção *Ditos & Escritos - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (2ª edição): *Distância, aspecto, origem* (1963); *Por trás da fábula* (1966); *O pensamento do exterior* (1966).

documentais, “lógica do sentido” multilateral talhada para transbordar através de todos os gargalos do mundo do saber documental, científicos ou não.

Esse plano, o do *fictício*¹⁴ tal como se apresenta no que está supracitado, é inerente tanto à ciência quanto a qualquer outro regime de saber ausente de encadeamentos lógicos evidentes – amiúde desconsiderados pelos indivíduos (cientistas) os quais creem ter a legitimidade da produção dos conhecimentos e dos efeitos dessa produção (bibliografia), apenas porque *a priori* estariam juridicamente subsidiados e autorizados para constituí-los nas *instituições racionais, conscientes e coerentes*, das quais fazem parte (reitere-se, sobretudo, os manicômios, uma vez que é *heterotopia, geografia de produção científica de discursos legitimáveis* – não-arquiváveis – **ou não** – arquiváveis –, respectivamente na esteira da concordância com níveis **menores ou maiores** do critério da “excentricidade”: qualificação científica em despeito àqueles que seriam intitulados *idealmente* como loucos¹⁵).

Com efeito, o que há é, para Foucault, a necessidade da ausência radical de hierarquização dos discursos em produção e de seus documentos correlativos, haja vista ser justamente a propriedade da *construção de antemão “impensada”* – e não apenas o apanágio da razão pura prática¹⁶ – algo intrínseco a todos eles, sejam verbetes científicos ou não. Sendo assim, conclui-se que *todos* os saberes discursivos documentados devem ser metaforicamente “autorizados para publicação” ou pelo menos apresentados ao grande público, e não especificamente àqueles vinculados à “legalidade” das produções científicas, porquanto todos eles, os discursos e seus documentos, têm *a priori* um pano de fundo comum, autônomo ou independentemente de suas diferenciações particulares. Eis o ponto extremo de superação de Foucault relativamente aos epistemólogos franceses que lhe foram tão caros, o que marca muito evidentemente – como se verá mais adiante quando a arqueologia se desdobrar

¹⁴ “Se o fictício fosse, justamente, não o mais além, nem o segredo íntimo do cotidiano, mas esse trajeto de flecha que nos salta aos olhos e nos oferece tudo o que aparece? Então, o fictício seria também o que nomeia as coisas, fá-las falar e oferece na linguagem seu ser já dividido pelo soberano poder das palavras [...] Não dizer, portanto, que a ficção é a linguagem: o giro seria muito simples, embora seja familiar atualmente. Dizer com mais prudência, que há entre elas uma dependência complexa, uma confirmação e uma contestação: e que, mantida por tanto tempo quanto possa abster-se da fala, a simples experiência que consiste em pegar uma caneta e escrever franqueia (como se diz: liberar, desenterrar, retomar um penhor ou retornar a uma fala) uma distância que não pertence nem ao mundo, nem ao inconsciente, nem ao olhar, nem a interioridade, uma distância que em sua nudez, oferece um quadriculado de linhas e também um emaranhado de ruas, uma cidade começando a crescer já ali há muito tempo” (FOUCAULT, Distância, Aspecto, Origem, in *Ditos e escritos*, Vol. III 2006a, p. 68-69).

¹⁵ Cf. *A história da loucura na Idade Clássica*. Nessa obra, Foucault apresenta o modo como a loucura é historicamente *produzida* pela ciência enquanto prática classificatória de homens. Ou seja, *sendo produzida* a loucura não é atributo intrínseco àqueles que se hospedam em manicômios, uma vez que, com esse atributo, os homens dos manicômios não nascem.

¹⁶ Isso em despeito da terminologia kantiana aqui tratada, para a qual os epistemólogos franceses ainda de algum modo se voltavam.

enquanto complemento metodológico da *genealogia* – uma tática analítica radicalmente *estetizante* e, acima de tudo, *política*, isto é, em favor do desvelamento *plástico* de saberes documentados, conquanto deslegitimados, ocultos ou arquivados por/em instituições e seus representantes (cientistas, professores universitários, economistas políticos, psiquiatras, padres etc.).

Neste sentido, há um deslocamento metodológico o qual aponta para a escolha, por parte de Foucault, de um novo campo de atuação para as suas análises históricas. Foucault se distancia da epistemologia francesa naquilo que é seu aspecto fundamental: a valorização da ciência enquanto expressão máxima da racionalidade e sua busca pelo conhecimento verdadeiro. Saindo desse limite, o autor entende que se faz necessário que suas pesquisas se direcionem para uma análise da formação dos discursos os quais se põem como verdadeiros, expondo-os em suas condições de formulação e, desse modo, evidenciando as razões pelas quais tais discursos puderam se estabelecer, se fixar, em detrimento de outros. Essa análise só pode se efetuar mediante uma descrição dos acontecimentos discursivos, onde todas as relações que compõem os discursos, tanto aquelas que estão manifestas quanto aquelas que estão suprimidas, possam ser analisadas. E para tanto, contudo, é preciso definir um recorte.

Foucault aponta que somente se mantendo no domínio das ciências é possível conduzir a análise de modo satisfatório, pois elas fornecem relações discursivas “numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever” (FOUCAULT, 2008a, p. 33). Considerando que a ciência não dispõe de meios para analisar as próprias condições de sua formação, visto que estas se encontram no nível do saber, isto é, no “espaço que é condição para seu surgimento e transformação” (VANDRESEN, 2008, p.16), a análise arqueológica será operada a partir daqueles discursos que foram produzidos no seio da ciência, mas que são pouco formalizados, os saberes sujeitados, tendo em vista neles se poder discernir com clareza o momento de seu aparecimento e das suas condições de possibilidade.

Além do mais, tendo a ciência como campo a ser analisado e conservando em sua metodologia atenção às descontinuidades – atenção proveniente e cara ao modelo de análise epistemológico – Foucault escolhe tratar das “*ciências do homem*” (Cf. FOUCAULT, 2008a, p. 34) enquanto recorte fundamental, haja vista apresentarem (as ciências do homem) em suas especificidades uma mudança precisa de itinerário relativamente àquelas praticadas tradicionalmente no decorrer da *Idade Clássica* (Cf. FOUCAULT, 2008a, p. 219).

Quando, ao longo da *modernidade*, os discursos passam a fazer remissão ao sujeito, constituindo-o como campo de conhecimentos, isto é, enquanto objeto de *saberes*,

isso não se segue mediante um progresso da ciência no percurso da procura de seu aperfeiçoamento interno, evolutivo, porquanto o que há, em realidade, é apenas uma espécie de descontinuidade ou desvio de sentido, concernente ao modo através de que o próprio *saber científico* antes era produzido¹⁷.

Foucault deixa claro que a análise arqueológica atua ao nível das “coisas ditas”, isto é, no “domínio do saber”. Com isso, Foucault quer dizer que sua análise se dá no nível dos documentos, cujas linhas internas são *campos de saber*: contornos demarcadores de práticas discursivas fixadas numa literatura de temática precisa. Nesse sentido, seu trabalho se constitui na analítica dos documentos, não importando o tipo de formulação neles implicada, e não se limitando apenas aos documentos oficiais produzidos pela ciência, de modo a poder definir neles as condições que possibilitaram o surgimento dos saberes científicos que tomam o homem como objeto (Cf. FOUCAULT, 2008a, p. 205 e 236).

Nessas investigações, o autor constata, a partir da percepção das descontinuidades registradas nos documentos, que quando a modernidade se volta para o homem, surgem novas formas de produzir e organizar o conhecimento. Isso significa que novos conjuntos de formas de observação, de notação, de ordenação do discurso, novas maneiras de organização dos campos advindos de *práticas discursivas*¹⁸ possibilitaram a constituição daquilo que se conhece como ciências humanas.

Portanto, a tarefa da arqueologia, ao se ocupar da análise de documentos delineados como *campos de saber* constituídos sob o pano de fundo das novas práticas de organização discursiva do conhecimento dos homens em sociedade, é a de expor o seguinte: [a.] a compreensão das estruturas que encarnam os limites dos discursos práticos imanentes às ciências humanas, quando aplicados aos espaços documentais; [b.] a justificativa através de que se torna evidenciada, sobretudo, a dedução paradoxal de uma *seletividade excludente* ou *opressão seletiva* enquanto atributo inerente às práticas discursivas humanas, porquanto a legitimação que especifica os limites seletivos, “saberes” de determinadas práticas discursivas, só pode ser constituída no itinerário cuja precisão maior é a da exclusão necessária de outras práticas (essas também discursivas), as quais devem ser tomadas como ilegítimas segundo critérios que, dizendo-se científicos, não podem ser estipulados sem as alíquotas da

¹⁷ “[...] para Foucault o *modelo epistemológico* é impróprio para compreender o surgimento de saberes sobre o homem nas ciências da modernidade, porque o seu aparecimento não se dá por um progresso da ciência, buscando seu aperfeiçoamento, mas seu conhecimento surge como *descontinuidade* em relação às ciências da idade clássica. Daí a necessidade de uma arqueologia como método de investigação da mudança e do que possibilita seu surgimento [...]” (VANDRESEM, 2008, p.22).

¹⁸ Cf. CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo, 2004, sobre o verbete *pratica*.

arbitrariedade humana, “na divisão entre o que não é ainda científico e o que o é definitivamente” (FOUCAULT, 2008a, p. 210). Eis, por fim, o duplo objetivo fundamental da arqueologia, cujo procedimento se materializa primeiramente pela análise documental, e, já em seu movimento final, por conclusões que dessa análise se decorrem, levando à demarcação de como é possível uma *cartografia judicativa* dos campos, ou melhor, das “paisagens” de saber que apresentam estruturalmente os limites ou contornos dos discursos práticos produzidos pelas sociedades em seus períodos históricos próprios e descontínuos, ou seja, evidentemente não lineares.

É recorrente a interpretação da arqueologia enquanto *algo disperso, analítica* sem unidade bem delineada ou sem clareza lógica uma manifesta. Comentadores respaldados no tocante à envergadura das canônicas interpretações foucaultianas – tais como Roberto Machado (1981), por exemplo – a definem, a *arqueologia*, como um tipo de “ponto de chegada” o qual só pode ser assertivamente demarcado por uma espécie de diagnóstico empírico apresentado enquanto conjuntura a qual, contudo, de antemão pressupõe operações plurais de clivagem comparativa, voltadas diferencialmente às particularidades da própria analítica nas obras de Foucault. Ou melhor, só mediante a identificação de desníveis na tensão articuladora de diferentes textos intitulados caracteristicamente como arqueológicos, diz Machado, é possível a complexa urdidura de “uma trajetória arqueológica”. Antonio C. Maia (1995) mantém a mesma posição de Roberto Machado, expondo que, em sua fase arqueológica, Foucault não apresenta a “organização de suas premissas”, bem como não matura “uma sistematização de seus resultados¹⁹”, porquanto sua preocupação não vislumbra a constituição sistematizada (a da arqueologia) numa obra integrada. Reconhece-se o *impulso de legitimidade* das interpretações indicadas, embora abaixo haja parcial oposição a essas perspectivas teóricas adiante. E as razões seguem.

Realmente, Foucault diz que não tem a pretensão de privilegiar um método, bem como não formula uma teoria geral fixa à qual possa aplicar de forma unívoca sobre objetos de diferentes domínios (temas) – muitas vezes desses objetos se tornando refém. Contudo, por outro lado, o pensador explica que amiúde ao definir um campo, um domínio de objetos, analisa-os utilizando *instrumentos móveis e flexíveis*, construídos ao longo de suas pesquisas. Ou seja, tais instrumentos sempre determinam objetos e objetivos de pesquisa, sem, no entanto, cristalizarem-se. Com efeito, compreende-se que em Foucault não há um

¹⁹ MAIA, Antônio C. *Sobre a analítica do poder de Foucault*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, outubro de 1995.

método estabelecido enquanto objeto ou ponto de vista analítico imutável, estático, o qual condicione autoritariamente no bojo os caminhos da investigação. Mas, de fato, há uma espécie unidade metodológica maleável enquanto *a priori* investigativo, pressuposto que, não sendo caracterizado como pano de fundo cristalizado mas como algo mutável o qual se dirige aos conteúdos de investigação, Foucault admite. Só assim pode conduzir minimamente a pesquisa, sob sua tutela. Diz o pensador:

Não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método. [...] Não tenho uma teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos bons ou maus fabricados por mim (FOUCAULT, 2006b, p. 229).

Como bem se sabe, a pesquisa arqueológica se desenvolve a partir de uma investigação dos arquivos produzidos, considerando-os como campos de saber, onde se procura definir as condições de possibilidade dos saberes constituídos no âmbito das ciências, mais especificamente das ciências humanas. Com o estudo atento de textos como *A Arqueologia do saber*, de alguns artigos e entrevistas dos *Ditos e Escritos*, bem como do curso *Em Defesa da Sociedade* (em especial, a aula do dia 7 de janeiro de 1976), pode-se atinar para a demarcação de uma unidade metodológica nas obras do “período” arqueológico de Foucault, a qual se prolonga e toma consistente forma quando acrescida à genealogia, muito embora tal unidade só tenha podido ser percebida pelo autor após um intervalo relativamente longo de avaliação de seus trabalhos, como ele próprio sugere ²⁰.

O trabalho efetuado em *A Arqueologia do Saber* demonstra a preocupação de Foucault em estabelecer os critérios que norteiam suas pesquisas até aquele momento. Ali, expõe também qual o campo de atuação (os documentos), o objeto (os discursos) e o objetivo fundamental da pesquisa (as condições de surgimento dos saberes). Ora, ao se impor rapidamente a vista sobre conjunto de suas obras, tal fato pode passar despercebido por conta da diversidade dos temas abordados, bem como pelas conclusões específicas, emanadas da obra. Todavia, por outro lado, no caso de uma varredura ocular mais atenta, percebe-se que quando o próprio autor afirma (Cf. FOUCAULT, 2006b, p.226-227) que o que quis fazer

²⁰ Cf. POL-DROIT, Roger. Michel Foucault: Entrevistas, 2006, p.92; FOUCAULT, Michel. Poder e Saber (1977). In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder, Saber*. 2006b, p.224.

desde o início de seus trabalhos se destinava ao discernimento preciso da relação entre os **discursos constituídos** e o **poder**, ou melhor, ao esclarecimento das diversas **articulações entre saber e poder**, demonstra que seus trabalhos estão organizados a partir de um mesmo **instrumento**, de um mesmo fio condutor, na realização de pesquisas heterogêneas (o que confere a elas precisa unidade, pois estão submetidas a determinados pontos de vista, os de Foucault). Assim, é clara a presença de uma sistematicidade metodológica na obra foucaultiana, porquanto o autor norteia seus estudos à percepção das relações entre saber e poder, impulso no qual hermeneuticamente se condiciona a heteronomia do social.

Destarte, considera-se que a arqueologia do saber não deve ser vista apenas como um ponto de chegada, um apanhado geral das obras de Foucault ao longo de um determinado período, ou seja, algo ausente de sistematicidade metodológica enquanto horizonte de pesquisa (mesmo que as obras sejam espécies distintas de *atualização* fundamental por meio de que se completa à *virtualidade* da maleável metodologia definida). Não obstante, da mesma forma, apesar de ser uma metodologia de pesquisa histórica com contornos bem definidos não cristaliza ou engessa suas operações de pesquisa, visto que seus objetos são cambiantes, modificam-se em função dos distintos documentos analisados em sua natureza plural. Como ressalta o autor, “essa camada de objetos, ou melhor, essa camada de relação é difícil de apreender” (FOUCAULT, 2006b, p. 229). Portanto, estabelecer um método ou teoria geral que sirva de molde limita a amplitude implicada nos objetos investigados. No método arqueológico, o horizonte da pesquisa é a decifração, ou antes, a descrição das relações existentes entre saber e poder, por isso não se pode estabelecer um método ocluso, porquanto essas relações se modificam em cada recorte traçado pelo autor.

4. A genealogia do poder

O intuito maior deste terceiro tópico é apresentar a metodologia que se decorre da *Arqueologia do Saber*, a qual deve ser compreendida como sua expansão. Tal metodologia absorve novos objetos, que são trazidos à baila por reatualizações de análises antes já constituídas sob a pressuposição da arqueologia. Essa metodologia é intitulada *Genealogia do Poder*. Para apresentá-la a contento se interpretará adiante as obras: *Em defesa da Sociedade*, *Michel Foucault: entrevistas*, *Ciência e Saber*, dentre outras.

A arqueologia identifica as práticas discursivas que sustentam a emergência de saberes constituintes das ciências que têm como objeto de estudo o homem. Também sinaliza que apenas determinados discursos podem ser validados cientificamente em

detrimento de outros – o que se institui de forma arbitrária. Tal é a diretriz por meio de que Foucault constitui suas obras de Arqueologia. Conquanto, existem outras instâncias que emergem enquanto descobertas advindas das “escavações” arqueológicas. À medida que o autor aprofunda suas investigações acerca das condições de formação dos discursos/saberes das ciências humanas, a análise arqueológica passa a se debruçar sobre uma série de elementos adicionais, os quais se tornam indispensáveis à compreensão da natureza procedimental das próprias ciências cotejadas.

Para Foucault, como já se enunciou, há uma espécie de corte no modo através de que os saberes são talhados a partir do século XVIII. Segundo ele mesmo deduz, sua pesquisa histórica vislumbra em princípio descobrir o funcionamento ou movimento estrutural dos discursos científicos sob o horizonte de saberes documentados nesse século (XVIII). Contudo, Foucault constata ao longo de sua inquirição maior (funcionamento estrutural dos discursos no século XVIII) uma intensa evolução do *saber médico*, no itinerário do aparecimento da *psiquiatria* e da *psicopatologia*, bem como percebe a crônica aceleração evolutiva da *biologia* e das *ciências humanas* – triplicidade perceptiva que indica a “passagem de um certo tipo de empiricidade a um outro” (POL-DROIT, 2006, p.91).

Nesse ínterim, o autor compreende que há um corte referente à operação destes saberes – **saber médico (psiquiatria e psicopatologia); saber biológico; saber humano**. Com efeito, para ele, algo de peculiar se manifesta nessa constatação. Trata-se de constatação à qual, paralelamente ao estudo das práticas discursivas em documentos, de algum modo demarca **a sustentação genética dos próprios saberes discursivos documentados**. De fato, aqui Foucault está a pensar em **práticas não discursivas**, cuja natureza curiosamente sustenta a produção estrutural dos discursos enquanto acontecimentos, embora tais práticas estejam num além ou aquém dos próprios acontecimentos discursivos. Além do mais, as práticas não discursivas em jogo são precisamente **relações de poder** que envolvem imanentemente a própria operação de feitura dos discursos/saberes. Portanto, os estudos produzidos pela arqueologia foucaultiana passam a demarcar, anunciar no decorrer de seu desenvolvimento, que os discursos/saberes encontram apoio não estritamente nos próprios discursos, enquanto formulações de conhecimentos. Ademais, tais formulações são sustentadas por práticas extradiscursivas, conquanto, além de paradoxalmente nos discursos permanecerem impregnadas, dependam de um **exercício preciso** no tocante à sua fixação, qual seja: **técnicas** ou **tecnologias** de poder. Decerto, é no intuito de compreender as condições históricas das tecnologias de poder e de suas transformações, as quais conduzem à mutação radical concernente aos

discursos/saberes da modernidade, que Foucault faz adentrar em cena, isto é, no palco teatral da sua metodologia de trabalho, um aditivo, **a saber: a genealogia do poder**²¹.

A genealogia não se difere da arqueologia quanto ao modo de operação²². O sistema empregado nestas metodologias é basicamente o mesmo, isto é, o autor opera sua investigação no campo dos arquivos, estudando os **saberes sujeitos**. Todavia, decorre-se um alargamento de perspectiva em direção à “análise das relações de poder que subtendem e tornam possível o aparecimento de um tipo de discurso” (FOUCAULT, 2006b, p. 53). Trata-se nesta análise de buscar identificar no saber quais as práticas não discursivas, relações de poder, envolvidas em suas constituições. Condições de possibilidade que, externas aos saberes, ao mesmo tempo lhes são internas, impulsionando seus engendramentos e permanência. De fato, “a genealogia é uma análise das condições políticas de possibilidade dos discursos” (MACHADO, Op. Cit., 1981, p. 188). A genealogia do poder,

[...] o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política. É essa análise dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que utilizando um termo nietzscheano Foucault chamará “genealogia” [...] (MACHADO, 2008b, p. X - Introdução In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder).

Foucault expõe que todos os discursos que se colocam como verdadeiros e são legitimados como tal, estão conectados a “uma série de fenômenos de poder e de relações de poder” (POL-DROIT, 2006, p. 94-95), determinando efeitos prático-políticos. No entanto, ao explicitar o poder não faz remissão ao Poder concebido juridicamente e encarnado na figura centralizadora do Estado. Afinal de contas, o que é o poder para Foucault?

Para responder a questão formulada acima é necessário esclarecer, primeiramente, que Foucault não elabora uma *teoria* pela qual determina assertivas a respeito do significado de *poder*, através da qual aplica uma perspectiva unilateral a todas as relações

²¹ “[...] a passagem de arqueologia a genealogia é uma extensão do domínio da investigação para incluir mais precisamente, o estudo das práticas não discursivas e, principalmente, a relação não-discursividade/discursividade, dito de outra forma: analisar o conhecimento em termos de estratégia e táticas de poder” (CASTRO, Edgardo, 2004, p. 228).

²² “Deve-se notar que não devemos entender a genealogia de Foucault como uma ruptura, e muito menos como uma oposição à arqueologia” (CASTRO, Edgardo, 2004, p. 227).

existentes na sociedade, de um modo genérico ou globalizante. Muito pelo contrário, seu propósito é “confeccionar” uma *analítica do poder/genealogia do poder* por meio de que possa compreender o funcionamento local de múltiplos poderes, em suas situações singulares. Neste sentido, sugere-se compreender que, para o autor, o poder não possui uma natureza ou uma realidade material a qual possa se afirmar em termos bem definidos, tal como se possuísse características universais. Ele deve ser considerado como um “feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2008b, p.248). Como aponta Roberto Machado, para Foucault “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação²³”.

Pode-se enfim perceber, a partir da exposição de Foucault no quarto capítulo do primeiro volume de *A História da Sexualidade – A vontade de saber* (1993), que o poder se apresenta como uma espécie de multiplicidade indefinida de correlações de força, as quais provêm de domínios diversos e em que se exercem, tornando-se capazes de transformá-los de diversas maneiras. Estas correlações de força são as lutas e os enfrentamentos que ocorrem no interior destes domínios, de onde é possível a dedução de estratégias e táticas, bem como de funções diversas. Realmente, a cristalização destas estratégias e táticas é o que dá justamente forma precisa às instituições e aparelhos estatais determinados.

Todas essas características da análise foucaultiana definem que o poder não se resume à forma jurídico-discursiva comumente veiculada, mantida sob a personificação da lei e do Estado, cujos efeitos são tidos como estritamente negativos, isto é, repressivos (contraditório critério institucional de garantia de uma liberdade para todos). Além do mais, Foucault demonstra que o poder, visto apenas a partir da premissa da repressão, vela seus numerosos tentáculos afirmativos. Ou melhor, o poder só pode, através de jurídico ponto de vista estatal, ser assim aceito se dissimular a si mesmo, produzindo desse modo um autoboicote acerca de sua infundável amplitude positiva, afirmativa e descentralizada. Essa liberdade ilusória, garantida a todos através do Poder/Direito moral de Estado repressivo, oculta variados controles micropolíticos, intrínsecos ou extrínsecos a ele, controles os quais perpassam todas as relações sociais, em todas as direções. Enfim, a concepção jurídica a qual afirma que os efeitos do poder são estritamente negativos, vistos como cerceamento ou limitação da liberdade por meio do Estado, mascara o caráter afirmativo, produtor do poder

²³ MACHADO, Roberto. *Introdução – Por uma genealogia do poder* In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 2008b, p. X.

em outras perspectivas. O poder é produtivo, é ele que produz o saber, os discursos, e, decerto por isso, pasme-se: produz discursos sobre os homens e acerca da *humanidade* dos homens²⁴.

O poder entendido não como uma coisa que se possui ou se adquire, mas como uma rede descentralizada de relações corporais de força, e não circunscrito ao modelo legal, é mais bem compreendido se o exemplo para ilustrá-lo for o da guerra. Foucault compreende o poder como o perpétuo combate entre **as forças corporais virtuais que, não sendo necessariamente instintivas, atualizam-se potencialmente no oceano do social por meio dos discursos, transmutados em instrumentos tecnológicos os quais, por seu lado, canalizam as próprias operações de poder dos corpos que intentam dar vazão às suas forças vitais imanentes.** E justamente por fazer em toda sociedade o indelével impulso à guerra, uma vez que o conflito entre forças ou poderes é duplicado ao nível do discurso, que a sociedade se caracteriza como crônica tensão, latente ou desvelada, entre os organismos humanos. Essa relação de combate é sempre mutável, as posições dos combatentes estão amiúde em alternância, de modo que não se pode declarar uma posição hegemônica de uma classe dominante que alija a atuação e participação daqueles que estão no papel dos dominados, por exemplo. O poder *se exerce* por meio de estratégias, e seus efeitos se definem como manobras táticas e estratégicas as quais tem “por princípio cumular vantagens e multiplicar benefícios” (FOUCAULT, 1980, p. 37 *apud* MAIA, Antônio C., p. 91). Mas, como algo tão heterogêneo e aparentemente desordenado como o poder ontológico dos corpos descrito pela análise genealógica (remissão foucaultiana a Nietzsche na esteira da *vontade ou impulso de vida ou de poder*) se faz inteligível e age com eficácia?

Com base nas informações elencadas acima, percebe-se que para Foucault seria mais adequado falar em *relações de poder* ao invés de *um poder*, visto que “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, Michel, 1993, p. 89-90). Estas relações múltiplas, desiguais, disformes, em constante movimento, aparentemente não possuem uma ordem objetiva. Contudo, o autor explica que as relações de poder são *intencionais* e *não subjetivas*, ou seja, elas se movem de forma intencional, visando um objetivo, um alvo. Mas este movimento não é operado por um sujeito ou um grupo específico. As relações de poder são inteligíveis nos domínios onde se inscrevem,

²⁴ “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. **Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir**” (FOUCAULT, 2008b, p. 8).

“encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição”. Essa inteligibilidade se torna perceptível quando nesse movimento as relações esboçam *dispositivos de conjunto*. Dito de outro modo, as relações de poder se tornam inteligíveis e sua objetividade perceptível à medida que as variadas táticas inerentes aos diversos domínios sociais traçam uma lógica de conjunto, formando *dispositivos de poder* (Cf. FOUCAULT, 1993, p. 90-91).

Os dispositivos de poder são, portanto, a expressão de conjunto das relações de poder. Essa “organização funcional” do poder tem como objetivo atuar sobre os corpos dos homens visando seu controle e “aperfeiçoamento”, como, por exemplo, são os casos do dispositivo psiquiátrico, do dispositivo da disciplina, do dispositivo da sexualidade etc. É no interior dos dispositivos que o saber é produzido como efeito dos combates entre as forças, ele se liga as práticas de poder de modo a estar em constante produção e reformulação. Como dito, as instituições, os governos e todas as formas “hegemônicas” de poder são cristalizações, reificações deste poder difuso descrito pela análise genealógica. Dentro delas muitos dispositivos são forjados e trabalhados de maneira incessante, produzindo saber. Esse saber que é produzido é documentado, podendo ou não ser ratificado. A decisão de autorizar à publicação, a utilização, a validade dos saberes produzidos comumente se dá de forma arbitrária, atendendo a interesses muitas vezes exteriores as próprias instituições, desvalidando desta maneira vários outros tipos de saber. E é justamente naqueles saberes que foram postos de lado pela instituição que as pesquisas de Foucault têm seu material.

A genealogia deve atuar de modo a reestabelecer, através da análise dos saberes desqualificados, o histórico das lutas e dos combates que estiveram mascarados, disfarçados, tutelados pelas coerências funcionais e sistematizações formais das instituições. Segundo o autor francês, as pesquisas genealógicas funcionam “a um só tempo” como “redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates” (FOUCAULT, *Op. Cit.* 1999, p. 13). Isto posto, Foucault define que a genealogia tem a função política de fazer com que os saberes não legitimados se interponham às instâncias hierarquizadas e ordenadas do conhecimento tido como verdadeiro, o conhecimento científico. Ou seja, a genealogia opera uma insurreição, promove politicamente a insurgência dos saberes, antes excluídos²⁵.

²⁵ “Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. [...] As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências [*sic.*]. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados a instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado

Ademais, considerando que a institucionalização dos discursos traz consigo efeitos de poder diversos, a genealogia é um empreendimento que visa, nas palavras de Foucault, “dessujeitar [*sic.*] os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 1999, p. 16). Portanto, fazer com que os saberes sujeitados sejam reativados contra o movimento de hierarquização do conhecimento e os efeitos de poder a ele intrínsecos. Trata-se de “uma batalha dos saberes contra os efeitos de poder do discurso científico” (*Ibidem*, p. 18). O que está em questão com esse projeto genealógico de insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de saber/poder do discurso científico é definir “o que é o poder”, ou mais precisamente “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes *dispositivos de poder* que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 1999, p. 19).

5. Conclusão

Definiu-se, conforme o objetivo fundamental, o percurso metodológico seguido por Michel Foucault em suas pesquisas históricas. Pode-se afirmar, neste sentido, que Foucault não se ocupa apenas em expor as condições de formação dos saberes constituintes das ciências humanas, mas pretende, além disso, operar uma *reativação* dos saberes que foram deslegitimados, sujeitados pelas normas estabelecidas nas instituições científicas. Essa reativação explícita que os saberes tidos com verdadeiros, considerados como saberes científicos, só podem figurar neste patamar graças à supressão arbitrária de outros saberes.

Portanto, arqueologia do saber e genealogia do poder não são estritamente metodologias de que o autor lança mão para organizar suas pesquisas e colocá-las em papel. Tratam-se essencialmente de instrumentos que possuem a dupla função política expressiva de: [a] libertar das profundezas do esquecimento, da sujeição, os saberes considerados minoritários pelas instituições que os velam, podendo, como consequência disso, definir com justeza as condições de formação e assentamento dos discursos que se estabelecem como científicos (decerto mediante a exclusão ou arquivamento dos saberes minoritários não-científicos) - **Arqueologia**; [b] revelar como diagnóstico as relações de poder sintomáticas que são imanentes à formulação dos saberes legitimados e que possuem efeitos os quais estendem a física de sua extensão ao corpo social, para, por conseguinte e por outro lado,

no interior de uma sociedade como a nossa” (FOUCAULT, 1999, p. 14).

tornar os *saberes sujeitos (não legitimados)* capazes de combate - **Genealogia**. Pode-se mencionar, enfim, que não há *stricto sensu* uma cisão entre arqueologia e genealogia no desenvolvimento dos trabalhos de Foucault. As duas metodologias se intercomplementam e operam o que se intitula de arque-genealogia. Decerto, sem essa perspectiva os estudos biopolíticos posteriores empreendidos por Foucault não seriam factualmente possíveis, seja através de suas obras da década de setenta, seja por meio de cursos paralelos e de mesma datação no *Collège de France*. Isso será, em breve por vir, objeto de futura investigação.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault: Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.** Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- _____. **Ditos e Escritos II - Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- _____. **Ditos e Escritos IV - Estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- _____. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France.** Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2008b.
- HEGEL, G.W.F. **Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio.** Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault.** São Paulo: Graal, 1981.
- _____. **Introdução In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2008.
- MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/analse1.pdf>
- POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: Entrevistas.** São Paulo: Graal, 2006.
- VANDRESEN, Daniel Salésio. **O discurso como um elemento de articulação entre a arqueologia e a genealogia de Michel Foucault** (tese), 2008. Disponível em: http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2008-08-25T192217Z-259/Publico/Daniel%20Salesio%20Vandresen.pdf

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



RIBEIRO, Leonardo Lima; MONTEIRO, Janaina de Souza. FOUCAULT E A QUESTÃO DA EXPANSÃO METODOLÓGICA. *Synesis*, <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis>, v. 6, n. 1, p.149-176, jan/jun. 2014. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=461>. Acesso em: 10 Junho 2014.
